



Veja - 17 Jul 2004

A senhora "marco regulatório"

O mercado mundial está de olho na ministra Dilma Rousseff e em como ela agirá para ganhar a confiança do capital privado

No início do governo Lula, o desafio era convencer os investidores de que o Brasil não embarcaria em novas aventuras heterodoxas na economia. A tarefa foi cumprida a contento, sob o comando do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Com mais de um terço do mandato já cumprido, o grande desafio está na alçada de outro ministério. Cabe à ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, a responsabilidade de dar continuidade à recuperação da produção industrial registrada nos últimos meses. Sua missão é tão vital quanto espinhosa. Ela precisa evitar que o país repita o apagão de três anos atrás. E tem de fazer isso convencendo a iniciativa privada de que vale a pena investir em energia elétrica. Para sustentar um crescimento de 4% do PIB ao ano, é preciso aumentar a oferta de energia em 6%, o que significa investir algo em torno de 20 bilhões de reais por ano. O Estado brasileiro não tem como bancar esses recursos, como já fez no passado. Daí a necessidade de atrair os empresários. Diferentemente de outros setores empresariais, no de energia essa atração não resulta apenas em namoro - mas em casamento de longa duração. Isso requer confiança total de parte a parte. Esse é o grande desafio.

Um dos principais motivos pelos quais os casamentos não têm sido anunciados deriva do fato de que Dilma Rousseff continua achando que o Estado deve ser o protagonista do setor elétrico. O modelo aprovado pelo Congresso em março - o "marco regulatório" - esvaziou o poder da Agência Nacional de Energia Elétrica e devolveu ao ministério as decisões consideradas estratégicas. Como os investimentos em energia demandam anos e até décadas para dar retorno, as empresas temem com razão que influências políticas afetem o cumprimento dos contratos. Por isso não investem. O mais grave, no entanto, é que a lei trata das regras de funcionamento do setor em seus aspectos genéricos, deixando a regulamentação para ser feita por decreto presidencial. Dilma considera o modelo adequado. "Todos os mecanismos globais estão na lei, e o que não está constará dos decretos e resoluções", diz.

Os empresários discordam. Açam que o arcabouço estabelecido pelo modelo é incompleto, deixando aspectos fundamentais para a regulamentação. "Até a regulamentação, não dá para arriscar nada. Ninguém faz projeto novo", comenta Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. O consultor David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, tem uma crítica mais geral. "A questão é que o marco regulatório precisa criar regras que blindem o setor privado em relação ao governo, porque as concessões podem atravessar sete governos", diz. Nesse ponto, o que tranqüiliza o investidor é a certeza de que os contratos não serão mandados para o espaço por uma ação populista ou politicamente motivada do governo - de qualquer governo.

É verdade que, em relação às posições que defendia no início do mandato, a ministra está mais flexível. "O modelo inicial era muito mais centralizador. Na prática, a Aneel seria destruída", lembra um diretor de uma das maiores distribuidoras de energia do país. O relacionamento com o Ministério da Fazenda também anda mais calmo, longe das tempestuosas reuniões que mantinha com o ex-secretário de Acompanhamento Econômico José Tavares. Mas ainda é pouco numa área com as características do setor elétrico. Regras claras são importantes para todos os setores de infra-estrutura. Na telefonia, por exemplo, as empresas não podem deixar de investir, porque sabem que, se não melhorarem os serviços, perderão mercado para os concorrentes. No setor de energia, não é assim. Regras pouco claras poderão deixar o país mais suscetível de sofrer um novo apagão em menos de uma década. Se a economia continuar crescendo 3,5% ao ano nos próximos anos e os investimentos não aumentarem, o encontro do país com a escassez energética será quase inevitável.



As leis aprovadas em março deixaram o cenário um pouco mais claro, mas não desanuviaram o ambiente. A partir de agora, todas as empresas que vencerem as licitações para a entrada no mercado de geração de energia assinarão, automaticamente, contratos com as companhias distribuidoras. Isso garante que o que for produzido pelas geradoras será vendido ao mercado, algo que não ocorria antes. Outro ponto positivo diz respeito à legislação ambiental. Pela nova lei, se uma empresa ganhar uma concessão para uma nova usina, terá também já assegurada a aprovação da licença ambiental prévia. Mas os empresários continuam com o pé atrás. Sérgio Assad, diretor da Elektro, resume as dúvidas do setor: "Ainda não tivemos acesso a nenhuma versão dos textos dos decretos".